



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680293 - SP (2021/0220011-8)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : CAUBI PEREIRA GOMES E OUTROS  
**ADVOGADOS** : CAUBI PEREIRA GOMES - SP346648  
CAMILA GOMES DAMASCENO - SP391888  
JOSÉ ALEX SENA SANTOS - SP405409  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JACKSON SANTOS MOTA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JACKSON SANTOS MOTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0003454-75.2021.8.26.0026).

O paciente cumpria pena de 11 anos, 4 meses e 19 dias de reclusão em regime inicialmente fechado, por condenação pela prática de roubo circunstanciado, posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, receptações e corrupção de menores, tendo iniciado o cumprimento da pena em 19 de maio de 2017, progredido ao regime intermediário em 13 de janeiro de 2020 e, posteriormente, ao regime aberto.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dando provimento ao recurso do Ministério Público, reformou a decisão de primeiro grau para determinar o retorno do paciente ao regime prisional semiaberto no qual se encontrava cumprindo pena, até que fosse submetido a exame criminológico por equipe multidisciplinar (fl. 14-23).

No presente *writ*, o impetrante sustenta que "o Paciente faz jus ao regime aberto, em razão de ter cumprido, integralmente, o lapso temporal estipulado para a aquisição do direito à progressão de regime, como consta no cálculo de pena de fls. Anexo, conforme bem fundamentado na sentença do juiz de piso em que reconheceu o mérito do paciente e concedeu sua progressão ao regime aberto" (fl. 7).

Alega, ainda, que "os fatos genéricos utilizados no ato combatido como periculosidade e personalidade do Paciente e a suposta gravidade de crime praticado, não são argumentos adequados para justificar qualquer exame criminológico. Ou seja, não havendo elementos concretos extraídos da fase expiatória do sentenciado, como o caso em tela não se justifica a realização do exame criminológico para assegurar a progressão

pelo juízo" (fl. 8).

Requer, liminarmente e no mérito, que seja restabelecida a sentença de primeiro grau que concedeu a progressão ao regime aberto, sem necessidade de realização de exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada (fl. 18-19):

Respeitado o entendimento do juízo monocrático e, em que pese a existência de atestado de bom comportamento carcerário do sentenciado (fls. 18), certo é que o agravado não demonstra reunir condições inequívocas para a promoção pretendida, conforme bem ponderado pelo agravante, e como abaixo se verá.

O reeducando cometeu delito patrimonial grave, perpetrado mediante grave ameaça ou violência e em comparsaria, fato esse, por si só, ensejador da necessidade de mais acurada análise de seu mérito, porque a realidade do indivíduo egresso do sistema penitenciário compreende uma convivência conflituosa com a sociedade, além de possuir longa pena por cumprir (2028), sem deslembrar da posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, receptações e corrupção de menores, revelando sua personalidade distorcida o que, por óbvio, exige a comprovação de que sua periculosidade sofreu a atenuação necessária para que possa usufruir benefício prisional, o que não restou evidenciada no caso sub examine.

É certo que a gravidade dos delitos e a longa pena por cumprir, por si só, não são causas impeditivas para a concessão da progressão de regime. Não menos certo é, porém, que são sérios indicadores da necessidade de se empreender maior acuidade na verificação dos requisitos legais.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Por fim, quanto a aplicação da Recomendação n. 62/2020 do CNJ ao caso dos autos, verifica-se que a matéria não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente